

## PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA VERTENTES DO RIO GRANDE - CBH GD2

1 Ata da 46ª Reunião Ordinária realizada no dia 23 de Fevereiro de 2021

2 Aos 23 de Fevereiro de 2021, às 13h e 30 min, o Comitê da Bacia Hidrográfica  
3 Vertentes do Rio Grande - CBH GD2 realizou a 46ª Reunião Ordinária do ano de  
4 2021 e a 1ª Reunião de Trabalho, por Videconferência pela plataforma jit-si meet.  
5 Participaram online os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Representantes  
6 do Poder Público Estadual: Márcio Heitor Stelmo da Silva (SES/MG), Eduardo  
7 Araújo Rodrigues (IGAM), José Jorge Pereira (IGAM), Ronald Gomes (SEMAD);  
8 Representantes do Poder Público Municipal: Gustavo Alvarenga Rodrigues  
9 (Prefeitura Municipal de Lavras), Fernando Lopes Pimenta (Prefeitura Municipal de  
10 Oliveira), Paulo Henrique Dias Campos (Prefeitura Municipal de Carandaí),  
11 Elisângela de Almeida (Prefeitura Municipal de Ressaquinha), Flávia Otaviana  
12 Machado (Prefeitura Municipal de Bom Sucesso), Representantes dos Usuários de  
13 Recursos Hídricos: Izaías Cláudio Mendes de Oliveira (AMG Mineração), José Eli de  
14 Souza (COPASA), Deivid Luvas de Oliveira (FIEMG), Dênio Drummond Procópio  
15 (CEMIG GT), Representantes de Entidades da Sociedade Civil: Sálvio de Macedo  
16 Silva (UFSJ), Adriano Valério Resende (Ong IRIS), Paulo César José Giarola (ARPA  
17 SJDR). Convidados: Márcio de Araújo (ANA), Rosângela Santos (IGAM). A pauta da  
18 reunião contou com os seguintes pontos: 1) Abertura e verificação do quórum; 2)  
19 Aprovação da Ata da 45ª Reunião Ordinária de 17 de Dezembro de 2020; 3)  
20 Discussão sobre o PDRH/ Prioridades e tópicos para revisão. Palestrante: Márcio  
21 Araújo (ANA) com as Participações: Eduardo Rodrigues (IGAM) e Adriano Valério  
22 (IRIS/GD2); 4) Articulação de cada um dos 4 segmentos. Gerando uma  
23 apresentação por segmento. Seriam apenas 4 apresentações, uma por segmento.  
24 Organizar 3 Seminários (on-line) durante o ano de 2021 com a participação da ANA,  
25 Sec. Executiva e IGAM – Nestes seminários seriam expostos os principais aspectos  
26 do PDRH direcionando para cada segmento. Seriam abordados tópicos como: -  
27 PDRH – Enquadramentos – Outorgas – Cobrança – Informações 1 Seminário –  
28 Diagnóstico 2 Seminário – Prognóstico 3 Seminário – Capítulo específico

29 "Saneamento" Participações: ANA/IGAM/PROFIL. Assuntos Gerais: Encerramento.  
30 Assuntos em Pauta: Foi verificado o quórum pelo Presidente do Comitê Gustavo  
31 Alvarenga Rodrigues que comentou a respeito da pauta da reunião e posteriormente  
32 fez o agradecimento à presença de todos. Ele iniciou a reunião fazendo as  
33 considerações e esclarecimentos sobre a pauta e sugeriu que se fizessem os  
34 informes gerais nos 10 minutos iniciais antes do 2º item, a aprovação da ata. Ele  
35 declarou em sua fala da 45ª Reunião ordinária "O rio que a gente vê, mostra as  
36 possibilidades de contaminação do rio que a gente tem". Pediu aos conselheiros  
37 para não se furtarem de dar suas opiniões, qualquer opinião é válida, pertinente ou  
38 não. Uma informação ou opinião que pode ser digerida, dissecada será bem-vinda.  
39 Ele fez esclarecimentos importantes sobre o quesito imagens aéreas com os frames  
40 (cada um dos quadros ou imagens fixas de um produto audiovisual ou foto) extraídos  
41 do vídeo apresentado na reunião anterior. Ele apresentou as imagens de uma área  
42 de sucção submersa de uma draga para ilustrar o uso dos frames. Outra vantagem a  
43 respeito deste procedimento é que pode ser usado futuramente. Comentou também  
44 sobre a parceria entre a Polícia Ambiental de Lavras que sinalizou com o Aeroclube  
45 de Lavras na utilização de frames nas imagens de vídeos para trabalhos ambientais  
46 e que anteriormente eram usados com outros objetivos. Parabenizou a Polícia  
47 Ambiental e o Aeroclube de Lavras pela parceria e proximidade nesse trabalho.  
48 Logo em seguida mostrou as imagens de um vídeo da Usina do Funil entre Ribeirão  
49 Vermelho e Lavras a respeito do bloqueio parcial da ictiofauna no elevador da usina.  
50 Foi verificar de perto a situação desta interrupção. Ele relatou que no Plano Diretor  
51 do CBH consta que este elevador foi construído com tecnologia atual para o evento,  
52 mas não é suficiente para ser utilizado. E finalizando mostrou as imagens do rio em  
53 pontos com mais turbidez e em outro ponto mais baixo com o acúmulo de  
54 sedimentos oriundos de uma área de ocupação humana em topo de morro. Dando  
55 sequência à reunião passou-se para a aprovação da Ata da 45ª Reunião Ordinária  
56 de 17 de Dezembro de 2020. O presidente sugeriu aos participantes que se  
57 dispensasse a leitura da mesma, pois todos haviam recebido a ata e lido. Se  
58 tivessem alguma objeção, alteração, acréscimo ou sugestão poderiam fazê-las  
59 posteriormente. Ele pediu à plenária que votasse pela aprovação da ata que foi feita

60 por unanimidade. Prosseguindo a reunião seguiu-se para o 3º ponto da reunião:  
61 Discussão sobre o PDRH/ Prioridades e tópicos para revisão. Apresentação do  
62 palestrante: Márcio Araújo, Especialista em Recursos Hídricos (ANA) e participações  
63 do conselheiro Eduardo Rodrigues (IGAM) e Adriano Valério (IRIS). Ele iniciou a  
64 palestra com a apresentação do Panorama Nacional sobre a construção de Planos  
65 de Bacias dizendo que um dos fundamentos da nossa lei são baseados na gestão  
66 democrática, descentralizada, participativa e integrada para aumentar a  
67 comunicação e proporcionar a discussão nas bacias. Tem que ser técnico  
68 participativo. Em tempos críticos de pandemia utilizar as ferramentas tecnológicas  
69 proporcionaram mais integração com os comitês. Este processo aumentou a  
70 comunicação nas bacias e tem nos ajudado muito na discussão. Segundo ele, um  
71 plano de recursos hídricos que não usa essas ferramentas pode ser chamado de  
72 tecnocrata. Quem sabe dos problemas da bacia é quem vive nela. Criar momentos  
73 para escutar e discutir com a bacia isso está na nossa lei. Ele discorreu sobre as  
74 etapas de Elaboração e Participação Social que são: a Preparação (pré-  
75 diagnóstico), Diagnóstico, Prognóstico, Plano de Ações e o Pós-plano. Na primeira  
76 etapa acontecem as mobilizações preliminares na bacia, pactuação dos termos de  
77 referência e elaboração de diagnósticos preliminares. Nos últimos planos de 2013 e  
78 2014 passou-se a utilizar uma etapa anterior ao diagnóstico chamada pré-  
79 diagnóstico. Gastava-se em torno de 80% da etapa de elaboração dos PDRHs com  
80 informações existentes na bacia. Contratava-se uma empresa para auxiliar no  
81 processo de elaboração e ficava grande parte das discussões concentrada nessa  
82 etapa. O conteúdo mínimo dessa etapa é enorme. Ele listou estes conteúdos que  
83 são: avaliações das caracterizações físicas, bióticas, socioeconômicos, culturais,  
84 políticos, infra-estruturas hídricas existentes, avaliação da quantidade e qualidade  
85 das águas superficiais e subterrâneas, balanços hídricos de disponibilidade e  
86 demanda, da rede de monitoramento, dos atores relevantes na bacia, dos aspectos  
87 legais e institucionais dentre outros, conjunto de informações importantíssimas para  
88 a tomada de decisões na bacia. Na segunda etapa é a consolidação das  
89 informações e integração das agendas setoriais e de recursos hídricos. Na terceira a  
90 construção de cenários futuros com base em hipóteses socioeconômicas, mudanças

91 climáticas e impactos nos balanços hídricos. Na quarta etapa a proposição de  
92 diretrizes e metas para a gestão e de programas de investimentos com aprovação  
93 da instância colegiada. E por fim, a última etapa o pós-plano que é a priorização e  
94 detalhamento das ações de curto prazo. Durante todas as etapas do plano há a  
95 participação da sociedade com reuniões públicas como também acontece o  
96 "feedback" de implementação para atualização das ações e revisão do plano. Ele  
97 também falou sobre o detalhamento do fluxo de processo do MOP (Manual  
98 Operativo) modelo tático operacional das ações de curto prazo pactuadas. O sistema  
99 de informações com as atividades propostas sobre as ações. Quem faz, o que fazer  
100 e como fazer. Os dados são inseridos numa planilha de Sistema de  
101 Acompanhamento da Implementação. Ele exemplificou com o PIRH do  
102 Paranapanema de 2016 para Gestão de oferta hídrica para irrigação (disponibilidade  
103 hídrica). E finalizando esta apresentação mostrou sobre o Sistema de Informações  
104 com o Gráfico de Informações de Implementações que é composto por várias  
105 agendas. Ele declarou o conceito de PDRH que é fundamental para qualquer  
106 processo de planejamento da bacia dizendo que não é um plano de  
107 desenvolvimento regional, não é um plano ambiental, existe a política de  
108 desenvolvimento e a política ambiental com seus atores na sua execução. Nossa  
109 política de recursos hídricos é uma excelente oportunidade de compatibilizar o  
110 desenvolvimento, as questões ambientais. Trazer para a bacia dentro da nossa  
111 agenda o desenvolvimento sustentável e a segurança hídrica. Tem que ficar claro o  
112 que é a Agenda Azul (Recursos Hídricos) priorizada, é colocada principalmente no  
113 curto prazo. Trata-se do fortalecimento institucional, comitê, manter grupos de  
114 trabalho e capacitação, proporcionar agenda política para esses grupos, entidades  
115 delegatárias quando tem, órgãos gestores de recursos hídricos, implementação dos  
116 instrumentos de gestão: enquadramento, outorga, sistema de informações,  
117 cobrança, atualização do plano, trata na Identificação de áreas críticas na bacia.  
118 A organização desta nossa agenda de recursos hídricos é o primeiro ponto do plano.  
119 Estabelecer pontes entre as outras agendas setoriais que fazem parte do sistema de  
120 informações. Ele deu o exemplo de algumas bacias que tem estas pontes bem  
121 reestruturadas e o recurso da cobrança bem estruturado. Existem programas bem

122 estruturados para o saneamento. É uma "bala" para alavancar recursos setoriais. A  
123 questão do saneamento é específica do setor. Não estão dentro da nossa  
124 governabilidade. Planos com escala de bilhões de recursos onde você não tem  
125 acesso. Ele disse que não pode se construir um plano com as ações para outros  
126 executarem. Tem que se desenvolver o papel político do comitê. A seguir ele listou  
127 as agendas setoriais: agenda lilás (pesca e turismo), agenda verde (conservação e  
128 educação ambiental), agenda cinza (indústria, termoelectricidade e mineração),  
129 agenda amarela (geração de energia), agenda laranja (agropecuária), agenda  
130 marrom (saneamento básico urbano e rural) e agenda vermelha (transporte). E  
131 finalizando a apresentação comentou sobre as Bacias Interestaduais com os planos  
132 PIRH (Plano Integrado de Recursos Hídricos), PARH (Plano de Ações e Recursos  
133 Hídricos) (cooperação e integração instrumentos comuns de planejamento para toda  
134 bacia; Balanço hídrico de referência para a decisão das OGRS (Órgãos Gestores de  
135 Recursos Hídricos); Impacto orçamentário e consequência regulatória e o Manual  
136 operativo para orientar o detalhamento da implementação das ações. Apresentou  
137 um gráfico com o histórico dos orçamentos dos planos dos comitês: ações que  
138 retratem o esforço do SINGREH para sua execução. O Vice-presidente Adriano  
139 solicitou a palavra para perguntar sobre a implementação das ações com o  
140 orçamento do plano do GD2 que é de aproximadamente R\$886.000.000,00 e que  
141 consome mais de 50% para o tratamento de esgoto sanitário. Perguntou ao Márcio  
142 como executar o plano sem recursos, onde conseguir recursos antes da cobrança  
143 implementada? O palestrante respondeu o que você levantou é importantíssimo. Em  
144 relação a leitura que temos na elaboração dos planos. Eu não estou falando que  
145 estimar o que é necessário para o saneamento não seja importante, não é isso! O  
146 orçamento do comitê é associado. O orçamento de gestão é para alavancar estes  
147 recursos. Basicamente o orçamento do plano de vocês é associado e de gestão. O  
148 orçamento associado eu preciso correr atrás dele para obter recursos. Temos que  
149 ser medidos pelas estratégias para alavancar os recursos. Eu faço as minhas  
150 estratégias, mas eu não consigo alavancar os recursos, mas eu tentei. Temos que  
151 trabalhar dentro da nossa governabilidade. O Presidente Gustavo complementou a  
152 informação dizendo que o papel político dos comitês é a chave da implementação

153 das ações a curto prazo e a articulação em primeira instância com os municípios é  
154 essencial. O presidente acrescentou que concorda com as palavras em gênero,  
155 número e caso. O Conselheiro Eduardo (IGAM) pediu a palavra para comentar,  
156 dizendo que duas coisas bem colocadas tinham que ser ditas: que assina embaixo  
157 do que está sendo mostrado pelo palestrante e o outro item que ele chamou a  
158 atenção foi para coisas que estamos fazendo aqui, é um processo de aprendizado  
159 que tem que olhar de cima para baixo, a ANA está fazendo isso no Brasil  
160 transferindo isso para os estados, municípios e bacias hidrográficas especificamente  
161 de uma forma muito pujante. Tivemos uma experiência única na revisão do plano do  
162 Paraíba do Sul de se trabalhar de baixo para cima na construção dessa discussão  
163 de plano, de planejamento. Embora tenha trabalhado no âmbito geral para o  
164 específico, acho que hoje o ideal seria começar pelas pequenas bacias, das bacias  
165 à frente para chegar na integração. Esta visão de planejar "in loco" até chegar na  
166 integração das bacias hidrográficas e integrá-las de fato. Quando se olha para  
167 gestão de recursos hídricos não existe gestão disassociada da gestão ambiental. Ela  
168 é integrada na gestão ambiental. Ela é integrada nas agências de desenvolvimento  
169 sócio-econômico. Isto está em interfaces muito claras. O problema é o histórico de  
170 planejamento do Brasil que é muito recente e as pessoas não definiram no  
171 planejamento as ações que cada um tem que fazer. Como que a gente tira essas  
172 sombras? As sobreposições? Como agregar os atores e os recursos disponíveis?  
173 Como a gente integra essas coisas e as coloca na prática para funcionar? Esse  
174 trabalho que o Márcio está fazendo explica muito bem e a ANA faz hoje no Brasil.  
175 Quanto se gasta para fazer um plano e o Adriano pergunta quanto que nós tínhamos  
176 para planejamento para gastar em gestão e outras ações que envolvem gestão?  
177 Reparem o seguinte, o montante que a gente gastou para elaborar planos em cima  
178 das agendas e do que precisa gastar. Temos que aprender a ser mais econômicos.  
179 Precisa usar melhor o recurso como vem sendo feito para ter foco num planejamento  
180 mais prático, mais efetivo e mais operacional. O Adriano chamou a atenção e o  
181 Márcio retornou muito bem, a agenda não é toda nossa. Não somos nós aqui comitê  
182 de bacia hidrográfica que vamos resolver todas as questões. Como disse o Gustavo  
183 os envolvidos são os municípios, o setor de desenvolvimento, indústria e

184 minerações. Quando se fala nos números dos recursos necessários assusta demais.  
185 As histórias não todas nossas. Quando eu ouço o Adriano perguntar como que eu  
186 começo essa história sem recursos? Boa parte do que a gente define como agenda  
187 nossa, eu vou dizer uma palavra dura, difícil: é impossível de ser realizada.  
188 Tínhamos um orçamento para o saneamento de 488 milhões, que atualmente está  
189 defasado em 300 milhões para atender uma população de 600.000 pessoas nos 42  
190 municípios da bacia. O volume de recursos para tratar o esgoto é evidentemente  
191 nessa ordem. Pode mudar com as tecnologias, empresas, desenvolvimento de  
192 pessoal e os custos operacionais podem cair, como por exemplo, tratar 1m<sup>3</sup> de DBO  
193 pode ser mais barato. Logo em seguida ele fez a apresentação da planilha de  
194 implementação com os componentes e os objetivos das ações do comitê GD2 a  
195 pedido do Allan Motta e uma demanda solicitada pelo Gustavo. Apontou cada um  
196 dos componentes, os seus objetivos e a suas ações. Essas ações se desdobram em  
197 diferentes abrangências. Mostrou cada uma das ações que o comitê deve  
198 implementar com prioridade, quais as medidas de curto prazo a serem  
199 desenvolvidas e executadas e quais as atribuições de outras instituições e parceiros  
200 do comitê, como por exemplo, a questão do saneamento cujas responsabilidades  
201 são atribuídas às Prefeituras, SAAS, Copasa. Citou o item de responsabilidade do  
202 comitê para execução em parceria de trabalho com o IGAM, a balneabilidade da  
203 água. E por fim, apresentou os indicadores de implementação e os valores  
204 esperados e alcançados. Solicitou ao auxiliar administrativo que depois enviasse  
205 para os conselheiros e também para as prefeituras para contribuírem com  
206 informações. O conselheiro José Jorge (IGAM) comentou que os conselheiros que  
207 são parte integrante e estão vivendo intensamente dentro da bacia podendo trazer  
208 muitas informações e contribuições. Dando prosseguimento à reunião, passou-se  
209 para a apresentação da palestrante, a Analista Ambiental Rosângela Santos (IGAM)  
210 da Gerência de Planejamento do IGAM que representou Allan Motta (Gerente)  
211 fazendo um relato obre a experiência de implementação do PRDH do CBH Médio  
212 Rio Grande - GD7. Segundo ela, a implementação do Plano teve início em novembro  
213 de 2017. É um plano num horizonte de 2018 a 2020. A proximidade do plano é  
214 considerado novo para implementações. Em novembro de 2019 aconteceram as

215 primeiras reuniões presenciais. Reuniões ordinárias com pautas normais,  
216 discussões de como trabalhar as ações. Optou-se por oficinas de implementações  
217 das ações nas duas horas do final da reunião destinadas para isso. Dinâmica  
218 exatamente a que o Eduardo acabou de fazer. Uma gama de ações. Qual atacar  
219 primeiro? Citou o princípio da Economia: "Demandas infinitas para recursos finitos".  
220 Abre-se uma tabela: Quais são as ações a serem desenvolvidas? Como agir diante  
221 de um cenário desses estabelecendo prioridades de toda essa gama de ações? O  
222 que é possível realizar neste momento com estes recursos? Isso não inviabiliza a  
223 busca de recursos financeiros e humanos para as ações mais complexas. Não que  
224 as ações mais complexas que demandam mais recursos não vão ser feitas ou ficar  
225 por último, não é essa a ideia! Na realidade em comitês que não se tem a cobrança  
226 implementada. O Márcio comentou que gostaria de fortalecer e é importante saber  
227 diferenciar o diagnóstico do plano com o de implementação das ações. O  
228 conselheiro Izaías (AMG) pediu a palavra e comentou que foi uma aula excelente. O  
229 conselheiro Paulo César (ARPA) pediu a palavra para relatar sobre a questão do  
230 envio dos dados municipais de resíduos sólidos e as respostas do DAMAE  
231 (Departamento Autônomo Municipal de Águas e Esgotos) que são enviados para os  
232 órgãos federais e estas informações deveriam ser compartilhadas. Existe uma falta  
233 de compartilhamento e falta comunicação. Deveria ter acesso às informações para  
234 preenchimento das informações e serem passadas para o comitê. O Gustavo  
235 respondeu que é o papel do desenvolvimento político do comitê. O Eduardo  
236 respondeu para o Paulo César que essa questão é do SNIS, que é o Sistema  
237 Nacional de Informações sobre Saneamento que recebe dos municípios os dados e  
238 que nem todos atualizam as informações ou informam de forma precária. O  
239 conselheiro Paulo Henrique (Prefeitura Municipal de Carandaí) fez uma pergunta  
240 pelo Chat: Há alguma implementação de educação ambiental via IGAM, Comitê de  
241 bacia em algum comitê de bacia que já foi planejada ou executada por setores,  
242 divisões dentro cada CBH, se sim algum planejamento por grupo de municípios há o  
243 resultado de cada município? O Presidente respondeu que é essa a ideia iniciar as  
244 atividades com essa mobilização pelo poder público municipal. O Eduardo  
245 acrescentou dizendo que o Paulo Henrique está querendo dizer que o estado já



246 organizou alguma coisa? O Eduardo completou dizendo que a educação ambiental é  
247 uma pauta transversal, ela entra em todos os temas, em todas as histórias com foco  
248 em recursos hídricos tem um planejamento especial, inclusive determinado por uma  
249 resolução do CNRH (Conselho Nacional de Recursos Hídricos). Estamos discutindo  
250 isso em outra bacia, Cevap, do Paraíba do Sul, elaborando o planejamento político-  
251 pedagógico para promover a educação ambiental. ENCERRAMENTO: O Presidente  
252 Gustavo comentou algumas informações referentes à 66ª Reunião do Fórum Mineiro  
253 de Comitês de Bacias Hidrográficas, realizada dia 22/03/2021 e também com  
254 algumas citações sobre documentações ditas durante o evento que chamaram a  
255 atenção dele como por exemplo: "órgãos de controle precisam atuar com igualdade  
256 no tange às fiscalizações", "Excesso de formalismo jurídico", "Priorização do papel  
257 ao caráter das pessoas" "o IEF arrecada muito e deveria custear o Bolsa Verde e  
258 não o Fhidro". Também houve a explanação da Fernanda do IGAM sobre o Fhidro  
259 destacando as dotações e os recursos gastos. Também foi falado sobre a  
260 comunicação nos comitês justamente o que o Márcio apresentou para nós. O  
261 Presidente perguntou aos participantes se queriam fazer algum comentário. O  
262 conselheiro Ronald (SEMAD) agradeceu aos participantes dizendo que estão de  
263 parabéns, se todos pudessem ter participado desta palestra. Ele também falou sobre  
264 dois comunicados recebidos: um de uma representante de um município  
265 perguntando sobre a criação de Codemas. Ele recorreu a Supram SM e eles  
266 enviaram um link com todos os caminhos para abertura de Codemas. E o outro a  
267 respeito de um aplicativo do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais sobre o  
268 lançamento de um link para cadastro de poda e corte de árvores que vai facilitar  
269 muito o trabalho deles. O Presidente Gustavo fez as considerações finais e  
270 agradecimentos aos convidados encerrando a reunião relatando que é uma honra  
271 recebê-los. Eu, Laércio Antônio Chitarra, Auxiliar Administrativo CBHGD2, lavrei a  
272 presente ata, aos 23 de fevereiro de 2021, sendo posteriormente encaminhada aos  
273 membros do Comitê GD2 para aprovação na reunião plenária seguinte.



São João del-Rei, 23 de Fevereiro de 2021.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Gustavo", written in a cursive style.

Gustavo Alvarenga Rodrigues

Presidente do CBH Vertentes do Rio Grande

A handwritten signature in purple ink, appearing to read "Geraldo", written in a cursive style.

Geraldo Demeralino Sabino

1º Secretário do CBH Vertentes do Rio Grande